

Setor de segurança eletrônica fatura R\$ 14 bi e incorpora IA em 64% das soluções

O mercado de segurança eletrônica brasileiro tem experimentado um crescimento robusto, com destaque para a crescente adoção de inteligência artificial (IA) como elemento central nas soluções do setor

Em 2024, o faturamento médio do mercado atingiu R\$ 14 bilhões, marcando um aumento de 16,1% em relação ao ano anterior, conforme dados da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese). Ainda segundo o estudo, o uso de IA nas soluções de segurança avançou de 54% para 64,3% em apenas um ano, evidenciando a crescente demanda por tecnologia capaz de aumentar a eficiência e a escalabilidade das operações.



A IA, por exemplo, proporciona um monitoramento inteligente, redução de custos e maior assertividade nas operações. Segundo Lucas Cinelli, CEO da Octos, plataforma SaaS de inteligência artificial em nuvem voltada para o setor de segurança eletrônica, essa

ferramenta está se tornando um requisito indispensável na segurança eletrônica.

“Somente com IA e nuvem podemos focar apenas nas ocorrências reais, liberando os humanos para decisões mais estratégicas e eficazes. Integrá-las ao monitoramento de segurança é fundamental para aumentar a eficiência das operações e acompanhar a escalabi-

lidade das demandas do mercado”, afirma.

A Octos, tem se destacado nesse cenário. A empresa desenvolveu uma plataforma de análise de vídeo inteligente que já está integrada a sistemas de vigilância em todo o Brasil, com mais de 50 clientes e monitoramento de mais de 3 mil câmeras, conseguindo

prevenir mais de 100 crimes e reduzir em cerca de 70% os alarmes falsos. Além disso, sua solução consome até dez vezes menos banda de internet que as alternativas concorrentes, permitindo uma operação mais escalável e de maior sofisticação.

Lucas Cinelli também enfatiza o impacto da IA em áreas específicas, como a portaria remota em condomínios e o monitoramento de varejo. “A IA possibilita a substituição ou o apoio aos vigilantes, permitindo a autorização de acesso 24/7 e notificações em tempo real, tudo sem aumentar os custos operacionais. No varejo, o uso de analytics de vídeo permite rastrear itens de valor, mapear o fluxo de clientes e prevenir furtos nas redes de lojas”, explica.

Oito dicas para ensinar educação financeira para crianças e jovens



Pesquisa revela que 91% dos brasileiros não tiveram educação financeira na infância, mas gostariam de ter recebido esse aprendizado. A educação financeira infantil é um passo essencial para formar pessoas mais conscientes e preparadas para lidar com decisões econômicas com sabedoria. Segundo pesquisa global do Santander em parceria com o instituto Ipsos UK, 84% dos entrevistados não tiveram educação financeira na escola e afirmam que gostariam de ter recebido esse aprendizado, já no Brasil esse número chega a 91%.

Para o psicólogo comportamental, Marco Antonio Casagrande, sócio-fundador da Escola Mira, rede especializada no desenvolvimento de habilidades como educação financeira e empreendedorismo para crianças e jovens, ensinar sobre dinheiro vai além do consumo, sendo uma ferramenta essencial para decisões conscientes e responsáveis.

“Ao aprender sobre educação financeira as pessoas passam a compreender melhor o valor do trabalho e a importância de planejar, habilidades que refletem diretamente no desempenho acadêmico, profissional e pessoal. No Brasil, o tema ainda não faz parte da rotina da maioria das famílias e escolas, o que contribui para dificuldades no controle de gastos, endividamento e falta de planejamento no futuro”, explica Casagrande.

Para ensinar sobre finanças para crianças e jovens, o psicólogo comportamental apresenta práticas educativas que podem ser utilizadas no dia a dia. Confira:

1 – converse sobre dinheiro de forma natural

Inclua o tema nos diálogos do dia a dia. Explique para que o dinheiro serve e como é usado, sempre com situações simples e reais. Mostre na prática, em uma compra na padaria, por exemplo, quando paga o pão, diga que o dinheiro é trocado por produtos, sendo necessário para comprar alimentos, roupas e entre outros.

2 – Seja o exemplo

As crianças aprendem observando, portanto, mostrar atitudes como planejar compras, comparar preços e evitar gastos impulsivos é uma das formas mais eficazes de ensinar. Para incentivar, vale explicar que economizando ainda se tem o troco, que pode ser investido em um item a mais.

3 – Use jogos e brincadeiras

Jogos de tabuleiro, brincadeiras de “mercadinho” e desafios com moedas ajudam a entender conceitos como troca, valor e escolhas financeiras de forma lúdica. Ao aprender dessa forma, a criança se envolve mais, desenvolve o raciocínio e passa a relacionar essas experiências com situações do dia a dia.

4 – Diferenciar desejo e necessidade

Ensine a diferença entre o que a pessoa quer e o que realmente precisa, contribuindo para decisões mais cons-

cientes no futuro. Por exemplo, ao ir a uma loja, mostre os produtos que realmente são necessários naquele momento, como material escolar, e os desejos, como brinquedos, e converse sobre o que deve ser priorizado.

5 – Estabeleça pequenas metas

Ajude a definir objetivos, como comprar um brinquedo ou realizar um passeio. Definam juntos o valor necessário e quanto será guardado por semana no cofrinho. Acompanhar o progresso ensina planejamento, paciência e organização financeira de forma concreta.

6 – Envolve a criança nas compras

Antes de ir ao supermercado, por exemplo, combine um valor máximo para gastar em determinados itens. Durante as compras mostre os preços, compare marcas e explique por que algumas escolhas são feitas dentro do orçamento, tornando o momento uma experiência educativa.

7 – Fale sobre consumo consciente

Explique a importância de evitar desperdícios e cuidar dos objetos, relacionando consumo com responsabilidade. Antes de comprar algo novo, converse se o item realmente é necessário ou se pode ser reaproveitado.

8 – Adapte o ensino à idade

Use linguagem e exemplos adequados à faixa etária, respeitando o ritmo de aprendizado de cada criança. Para as menores, utilize histórias, desenhos, músicas e brincadeiras simples envolvendo dinheiro e trocas, já para as maiores, introduza conceitos como mesa, planejamento de gastos e comparação de preços.

“Investir em educação financeira infantil é preparar uma geração para enfrentar desafios econômicos, promovendo equilíbrio, consciência e responsabilidade. Além disso, envolver família e escola nesse processo potencializa o aprendizado, tornando-o mais significativo e aplicável no cotidiano”, conclui Casagrande.

Nem vitória da CLT, nem fracasso do empreendedorismo: um ecossistema complexo

Taciela Cordeiro Cylleno (*)

O debate sobre trabalho no Brasil ganhou novos contornos nos últimos meses. Pesquisas recomendadas por centrais sindicais mostram que muitos trabalhadores que deixaram o emprego formal para empreender agora manifestam o desejo de retornar à CLT

Esse movimento não revela um fracasso do empreendedorismo nem um triunfo automático da formalização. Ele expõe, sobretudo, as condições estruturais do país: educação insuficiente, volatilidade econômica, desigualdade de oportunidades e a dificuldade de sustentar autonomia num mercado em rápida transformação.

Os dados chamam a atenção, mas precisam ser lidos com cuidado.

O universo da economia de plataforma amplia essa discussão. O Brasil é hoje o país com o maior número de motoristas cadastrados no Uber no mundo, com cerca de 1,4 milhão de inscritos e a plataforma afirma que 5 milhões de brasileiros já geraram renda por meio de suas operações. Esses números mostram a dimensão da força de trabalho que circula hoje no capitalismo de plataforma.

Há ainda um elemento relevante, no aspecto educacional. O índice de analfabetismo funcional no país permanece em aproximadamente 29% da população entre 15 e 64 anos. Quase um terço dos adultos tem dificuldade relevante para interpretar textos simples, planejar finanças, elaborar contratos ou tomar decisões essenciais para gerir um pequeno negócio. Autonomia exige preparo e essa é uma condição que não pode ser ignorada.

Não é correto, portanto, sustentar que empreender ou atuar em plataformas seja pior que ter vínculo formal. A realidade é mais complexa. A maioria dos trabalhadores que migra da CLT para o empreendedorismo o faz por necessidade, não por convicção ou oportunidade.

Em regra, são trabalhadores de baixa escolaridade e que recebiam baixas remunerações no mercado formal. E empreender por necessidade raramente se traduz em mobilidade social, estabilidade financeira ou qualidade de vida.

Ao mesmo tempo, é ilusório imaginar que a exis-

tência de um vínculo formal garanta estabilidade para quem não tem acesso à educação adequada ou capacidade de se manter relevante num mercado dominado por tecnologia e, cada vez mais, inteligência artificial. Carteira assinada não imuniza ninguém contra os efeitos da falta de formação.

Há também uma dimensão geracional que merece destaque. Gerações mais jovens valorizam autonomia, flexibilidade, propósito. Já as anteriores priorizavam previsibilidade e estabilidade. Mas autonomia não se sustenta apenas em desejo, ela depende de condições materiais, sociais e educacionais. Quando o ambiente econômico não está favorável, como agora, essa discrepância fica mais nítida.

Outra correlação relevante é o índice mais baixo de desemprego da série histórica do IBGE, que apresentamos em 2024. Isso não significa, necessariamente, criação expressiva de vagas formais, pois essa taxa é calculada com base no número de trabalhadores que estão ativamente buscando uma vaga formal de emprego. Logo, em muitos casos, o que ocorre é a redução da busca por emprego formal, decorrente do aumento de trabalhadores que migraram para formas autônomas de renda. Ler esse dado como sinal de saúde do mercado formal seria um equívoco.

A movimentação de retorno à CLT, portanto, não representa nostalgia de estabilidade perdida nem derrota do sonho empreendedor. É um reflexo direto das fragilidades educacionais, das desigualdades estruturais e das transformações tecnológicas que reorganizam o mundo do trabalho. O fenômeno não deve ser visto como problema individual, mas como um fato social que exige resposta adequada do Estado, especialmente no campo legislativo.

A solução passa por educação sólida, políticas que garantam proteção social adequada para todos e pela ampliação das possibilidades de transição entre autonomia e formalidade. Autonomia real não deveria ser privilégio de poucos. Estabilidade também não deveria ser ilusão para muitos. É nesse ponto que o país precisa avançar.

(*) Juíza Federal do Trabalho há quase 15 anos, titular da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, presidente da AJUTRA e membro do Conselho Pedagógico da EJUD-RJ.